

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004770-14.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
Requerente: **Rosemar dos Santos Lima**
Requerido: **CLARO CELULAR S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado junto à ré duas linhas telefônicas.

Alegou ainda que mesmas não entraram em operação motivo pelo qual decidiu cancelar o contrato.

Não obstante o cancelamento que efetuou a ré continuou emitir faturas de débitos, bem como inscreveu o nome da autora no banco de dados das instituições de proteção ao crédito.

Almeja à condenação da ré ao ressarcimento dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

danos morais que suportou, em razão da negativação indevida, nada mais sendo postulado.

O pedido de tutela de urgência para que o nome da autora fosse retirado do banco de dados das instituições de proteção ao crédito foi indeferido pois a autora não indicou um indício sequer que ao menos lhe conferisse verossimilhança, em relação a negativação aludida.

No decorrer do feito, ela foi instada a esclarecer seu interesse na produção de outras provas (fl.90), mas permaneceu silente. (fl. 94)

Constatou-se ainda, através das respostas dos ofícios de fls. 101/106 a existência de negativação em nome da autora de épocas bem anteriores àquelas por ela indicada na inicial.

Assim posta a controvérsia nos autos, reputo que a pretensão deduzida não merece acolhimento.

Isso porque em momento algum a autora demonstrou a existência de negativação em seu nome.

As questões apontadas não eram complexas e tampouco exigiam conhecimento técnico para que fossem aclaradas, mas mesmo assim a dúvida suscitada persistiu.

O quadro delineado evidencia que a autora não demonstrou minimamente os fatos constitutivos de seu direito, de sorte que a improcedência da ação transparece de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 08 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**